



Conflitos e Convergências da Geografia

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Conflitos e Convergências da Geografia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C748 Conflitos e convergências da geografia [recurso eletrônico] /
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Conflitos e Convergências da
Geografia; v. 1)

Formato: PDF
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-320-0
DOI 10.22533/at.ed.200191504

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. 2. Geografia humana.
I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.

CDD 910.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Conflitos e Convergências da Geografia - Volume 1. É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Conflitos e Convergências da Geografia” (Volume 1), cuja diversidade regional, teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quatorze estados de todas as regiões brasileiras, com a contribuição de professores e pesquisadores oriundos de vinte e quatro instituições; sendo vinte e duas públicas (Universidades Estaduais, Universidades Federais, Institutos Federais e Secretarias Estaduais da Educação) e duas instituições particulares (Colégio de Ensino Médio e Centro Universitário). Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de dois enfoques temáticos: o primeiro versa sobre os dilemas, conflitos, convergências e possibilidades para compreender o campo brasileiro e suas conceituações e contradições vigentes. O segundo retrata alguns panoramas sobre o Ensino de Geografia, a formação de professores, a reforma curricular (leia-se: BNCC – Base Nacional Comum Curricular) em andamento no país e algumas linguagens e práticas advindas do trabalho docente em sala de aula, sobremaneira, na Educação Básica.

Em relação às contribuições inerentes a Geografia Agrária salienta-se que as mesmas estão dispostas a partir das pesquisas sobre o Centro-Sul, Nordeste e Amazônia. Todavia, algumas contribuições extrapolam esses recortes como exemplo, o debate teórico-metodológico sobre campesinato x agricultura familiar, pluriatividade, expansão da mineração, produção orgânica, assentamentos rurais, desenvolvimento rural, conflitos por água no campo, questão indígena e Educação do Campo.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Montes Claros-MG
Outono de 2019

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ESTADO CAPITALISTA E CAMPESINATO	
Alysson André Oliveira Cabral Ivan Targino Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2001915041	
CAPÍTULO 2	10
AGRICULTURA FAMILIAR COMO ATIVIDADE PRODUTIVA	
Fabrícia Carlos da Conceição Ana Ivânia Alves Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.2001915042	
CAPÍTULO 3	23
O DESENVOLVIMENTO DA PLURIATIVIDADE E DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS NOS BAIROS RURAIS DO POSTE E CAXAMBÚ NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -SP	
Tamires Regina Rocha Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol Alan da Silva Vinhaes	
DOI 10.22533/at.ed.2001915043	
CAPÍTULO 4	40
ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA AGROPECUÁRIA E DAS RURALIDADES EM DISTRITOS MUNICIPAIS: OS EXEMPLOS DE JAMAICA E JACIPORÃ (DRACENA/ SP)	
Maryna Vieira Martins Antunes Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol	
DOI 10.22533/at.ed.2001915044	
CAPÍTULO 5	57
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO - NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E PRESIDENTE VENCESLAU - SP	
Alan da Silva Vinhaes Antonio Nivaldo Hespanhol Tamires Regina Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.2001915045	
CAPÍTULO 6	73
AS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS SOB INFLUÊNCIA DA MULTIFUNCIONALIZAÇÃO NO ESPAÇO RURAL: O ESTUDO DA MICROBACIA DO PITO ACESO EM BOM JARDIM-RJ	
Renato Paiva Rega Ricardo Maia de Almeida Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2001915046	

CAPÍTULO 7	83
MINERAÇÃO: ASFIXIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E CONFLITOS TERRITORIAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA	
Maria José Andrade da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2001915047	
CAPÍTULO 8	95
VITIVINICULTURA ORGÂNICA NO RIO GRANDE DO SUL: A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE UVA, VINHO E SUCO EM COTIPORÃ E DOM PEDRITO	
Vinício Luís Pierozan	
Vanessa Manfio	
Rosa Maria Vieira Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.2001915048	
CAPÍTULO 9	109
AS DIFICULDADES E AS POSSIBILIDADES DE PROMOVER NOVAS TERRITORIALIDADES EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVO ALEGRETE – RS	
Suelen de Leal Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.2001915049	
CAPÍTULO 10	124
A QUESTÃO INDÍGENA EM AMAMBAI-MS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO E DA ATUAL RELAÇÃO DOS GUARANI-KAIOWÁ COM O COMÉRCIO LOCAL	
Leonardo Calixto Maruchi	
DOI 10.22533/at.ed.20019150410	
CAPÍTULO 11	134
ANÁLISE DO PISF (PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO) À LUZ DA GEOGRAFIA POLÍTICA APLICADA AOS RECURSOS HÍDRICOS	
Victoria Nenow Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.20019150411	
CAPÍTULO 12	142
GEOGRAFIA DA DISPERSÃO ECONÔMICA DO PRONAF NO MARANHÃO	
Vanderson Viana Rodrigues	
Ademir Terra	
DOI 10.22533/at.ed.20019150412	
CAPÍTULO 13	153
ESPACIALIDADE DA SOJA: ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO EM VILHENA/RO	
Tiago Roberto Silva Santos	
Helen Soares Vitória	
Eduardo Helison Lucas Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.20019150413	

CAPÍTULO 14	165
ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA - AMAPÁ	
Alexandre Pinheiro de Freitas Daguinete Maria Chaves Brito	
DOI 10.22533/at.ed.20019150414	
CAPÍTULO 15	180
A A B O R D A G E M T E R R I T O R I A L N A S P O L Í T I C A S P Ú B L I C A S D E D E S E N V O L V I M E N T O R U R A L N O B R A S I L E E M P O R T U G A L	
Paulo Roberto Rosa Marcos Pereira Campos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150415	
CAPÍTULO 16	190
A D I N Â M I C A N E O E X T R A T I V I S T A D A V A L E S . A . E N T R E O D E S E N V O L V I M E N T O S U S T E N T Á V E L E A A C U M U L A Ç Ã O P O R E S P O L I A Ç Ã O	
Guilherme Magon Whitacker	
DOI 10.22533/at.ed.20019150416	
CAPÍTULO 17	206
O D E B A T E D O S / D A S T E R R I T Ó R I O S / T E R R I T O R I A L I D A D E S N A L I C E N C I A T U R A E M E D U C A Ç Ã O D O C A M P O : R E F L E X Õ E S S O B R E A D I S C I P L I N A D E “ G E O - H I S T Ó R I A E T E R R I T O R I A L I D A D E S D E M S ”	
Rodrigo Simão Camacho	
DOI 10.22533/at.ed.20019150417	
CAPÍTULO 18	219
O C A R Á T E R P O L Í T I C O D O D I S C U R S O S O B R E O E N S I N O : D E S A F I O S P A R A A F O R M A Ç Ã O C R Í T I C A E I N T E G R A L N O E N S I N O M É D I O	
Carlos Marcelo Maciel Gomes Márcio dos Reis Santos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150418	
CAPÍTULO 19	228
A S E S P A C I A L I D A D E S D A R E F O R M A D O E N S I N O M É D I O E M A R A G U A Í N A - T O (2 0 1 7 - 2 0 1 8) : L I M I T E S E R E C U O S	
Antonio Jadson Rocha Sousa Vanda Balduino dos Santos Antônia Alves dos Santos Agenor Neto Cabral da Cruz Dirceu Ferraz de Oliveira Júnior Fátima Maria de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.20019150419	

CAPÍTULO 20	234
A EXCLUSÃO DO DEBATE DE GÊNERO(S) DO PNE (2014) À BNCC (2017) E SEUS REFLEXOS NO PME/ARAGUAÍNA-TO (2015)	
Osmar Oliveira de Moura	
Fátima Maria de Lima	
Luciane Cardoso do Nascimento Rodrigues	
Patrícia Fonseca Dias Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.20019150420	
CAPÍTULO 21	241
O CINEMA DE JORGE FURTADO E OS DEVIRES DE UMA SALA DE AULA EM TRANSFORMAÇÃO: A AULA DE GEOGRAFIA COMO COMUNIDADE DE CINEMA	
Gilberto de Carvalho Soares	
DOI 10.22533/at.ed.20019150421	
CAPÍTULO 22	249
INCURSÃO NO PROGRAMA TELECENTROS.BR: UMA ANÁLISE DA POTENCIALIDADE DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM CONTEXTO FORMATIVO	
Jean da Silva Santos	
Ana Margarete Gomes da Silva	
Lorena Silva de Oliveira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.20019150422	
CAPÍTULO 23	262
FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM GEOGRAFIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DAS PALAVRASMUNDO	
Marcos Aurelio Zanlorenzi	
Neusa Maria Tauscheck	
DOI 10.22533/at.ed.20019150423	
CAPÍTULO 24	272
ENSINO PÚBLICO E PRIVADO:AVANÇOS E CONTRADIÇÕES	
Marbio Pereira de Almeida	
Maikon Geovane Oliveira Vila Nova	
Gilvânia Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.20019150424	
SOBRE O ORGANIZADOR	280

INCURSÃO NO PROGRAMA TELECENTROS.BR: UMA ANÁLISE DA POTENCIALIDADE DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM CONTEXTO FORMATIVO

Jean da Silva Santos

Professor da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus XI - Serrinha e da Rede Municipal de Ensino de Feira de Santana – BA.

Ana Margarete Gomes da Silva

Professora da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus XI - Serrinha e da Rede Estadual de Educação da Bahia

Lorena Silva de Oliveira Souza

Licencianda em Pedagogia Centro Universitário Leonardo da Vinci, Feira de Santana – BA

RESUMO: Trata-se de uma breve análise curricular que pauta o Programa Telecentros.BR, a fim de identificar os agentes componentes da Rede Nacional de Formação para a Inclusão Digital, bem como analisar as potencialidades pedagógicas das TIC para a formação dos monitores, a partir do olhar formativo do tutor, enquanto instrumentos para a emancipação sócio-espacial de comunidades, além de expor alguns aspectos observados sobre a interação e mediação promovida no processo formativo dos monitores sob a responsabilidade do Polo Nordeste.

PALAVRAS-CHAVE: telecentros, inclusão digital, Programa Telecentros.BR.

ABSTRACT: This is a brief curricular analysis

that rules the Program Telecentros.BR, in order to identify the National Training Network for Digital Inclusion's componentes, as well as to analyze the ICT's pedagogical potentialities for the training of the monitors, from the tutor's formative view, as instruments for the socio-spatial emancipation of communities, besides exposing some observed aspects about the interaction and mediation promoted in the monitors' training process under the responsibility of the Northeast Pole.

KEYWORDS: telecenters, digital inclusion, Telecentros.BR Program.

INTRODUÇÃO

O mundo é formado não apenas pelo que já existe, mas pelo que pode efetivamente existir.

(Milton Santos)

Analisar o contexto de criação e desenvolvimento do Programa Telecentros.BR, e o processo formativo de alguns dos agentes multiplicadores do Programa, e as possíveis implicações práticas deste junto as comunidades em condições de vulnerabilidades sócio-espaciais, é de fundamental importância. O Programa define comunidade como “[...] moradores da área do entorno e usuários do telecentro” (BRASIL, 2011, p. 16). Tais questões são necessárias de maneira a possibilitar a

compreensão das estratégias pedagógicas pautadas nas Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para a formação do monitor de telecentro, que por sua vez, é entendido como,

“[...] pessoa responsável pelo atendimento ao público no espaço do telecentro, auxiliando e propondo processos que permitam aos frequentadores fazerem uso das tecnologias da informação e comunicação disponíveis, de maneira articulada ao desenvolvimento da comunidade. O monitor bolsista é jovem de baixa renda, com idade entre 16 e 29 anos, morador da comunidade em que o telecentro está localizado, estudante do ensino fundamental ou médio, ou com o Ensino Médio concluído” (BRASIL, 2011, p. 16).

Diante disto, é latente a compreensão de que as TIC no referido Programa se revestem de duas salutares dimensões, a saber: a de nortear o processo formativo de tais agentes e de servir como instrumento metodológico operacional em potencial para a execução de projetos comunitários de intervenção visando a emancipação sócio-espacial dos lugares – os quais foram pensados e aplicados por estes agentes durante o processo formativo em curso.

Discutir em um estudo de caso as potencialidades pedagógicas das TIC em processos formativos por e a partir de políticas públicas é possibilitar uma fecunda análise sobre o papel das técnicas e seus impactos, sobretudo na sociedade atual. É permitir que o conjunto das técnicas, mas precisamente aquelas articuladas em rede, possa confluir para resultados cujas intencionalidades são previamente pensadas para uma determinada finalidade. Nestes termos, imprimir esforços para entender o significado das TIC perpassa, também, pela condição discursiva essencialmente política, uma vez que sua adoção ou uso por organizações ou indivíduos, na condição coletiva ou individual, paira por intencionalidades bem definidas a partir de planejamentos com finalidades também específicas e com importantes rebatimentos espaciais, os quais impactam positiva ou negativamente no seio das comunidades espacialmente localizadas, fato que implica repensar a produção e o desenvolvimento das TIC diante do alinhamento das técnicas ao processo histórico, partindo da premissa de que ela é “[...] construída por agentes sociais no contexto da própria sociedade [...]” (BENAKOUCHE, 1999, p. 2).

O Programa Telecentros.BR estudado aqui é uma ação do Governo Federal que trouxe em sua concepção original, uma política de inclusão digital através da implantação e fortalecimento dos telecentros no país. Destaca-se que a temporalidade desse estudo situou-se no recorte do primeiro semestre de 2011, período composto de ações formativas e de execução prática do programa nos telecentros. A proposta do telecentro é um espaço comunitário e público que vai além de disponibilizar acesso a computadores conectados à *internet* para que os usuários tenham acesso à rede mundial de computadores de maneira livre e assistida, oferecendo cursos de capacitação e como espaço de articulação comunitária de maneira a promover o desenvolvimento local em seus múltiplos aspectos, sejam eles sociais, políticos e

econômicos.

São alguns os sujeitos que animam um telecentro, a exemplo do gestor, do monitor e dos integrantes da comunidade, cada qual com seu papel definido. Dentre estes, destaca-se o monitor, que é um jovem selecionado na própria comunidade e cuja função é prestar serviços relacionados à inclusão digital de maneira a orientar os usuários do telecentro neste sentido. Entretanto, esta orientação deve acontecer par e passo a um processo formativo que se dá via curso promovido pela Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital na modalidade a distância e que para tal, percebe uma bolsa de estudos por um período de 12 meses.

Com base neste curso de formação e nas intencionalidades do referido Programa, o presente estudo visou analisar e discutir as potencialidades das TIC no contexto de aplicação, já que estas foram os principais instrumentos pedagógicos para o processo formativo de alguns dos sujeitos envolvidos no Programa, dentre os quais estão incluídos os tutores – agentes que foram responsáveis pela mediação pedagógica, que acompanhavam e orientavam à distância os monitores que, por sua vez, tornaram-se os agentes de base do Programa. Por Mediação pedagógica este trabalho alinha-se as ideias de Masseto (2000), o qual afirma que a mediação pode ser entendida como uma atitude, uma intervenção pedagógica que visa facilitar, incentivar a aprendizagem, onde o professor assume a condição de elo de comunicação entre o aprendiz e seu aprendizado de forma dinâmica que favoreça o que esse autor apresenta como interaprendizagem.

Oriundos das diversas comunidades do país, os monitores foram os responsáveis por desenvolver orientações aos usuários, organizar as atividades dos telecentros, bem como apresentavam as potencialidades de articulação as necessidades da comunidade. De antemão é correto afirmar que o referido Programa pretendeu que os monitores fossem requalificados em suas ações de maneira a se tornarem mais que meros atendentes, mas agentes mobilizadores dos anseios sociais comunitários nas diversas localidades do país.

Portanto, diante dos dois processos formativos, tanto dos tutores, quanto dos monitores, foi possível identificar outros agentes componentes da Rede Nacional de Formação para a Inclusão Digital, bem como analisar as potencialidades pedagógicas das TIC para a formação dos monitores, a partir do olhar formativo do tutor, enquanto instrumentos para a emancipação sócio-espacial de comunidades, além de expor a visão destes sobre a interação e mediação promovida no processo formativo dos monitores sob a responsabilidade do Polo Nordeste. Nestes termos, destaca-se que o referido Programa esperava que o monitor assumisse o legítimo papel de agente responsável pela observação, reflexão, análise, proposição e intervenção nas questões sócio-espaciais do lugar, sobretudo em seus espaços de vivências.

No sentido de apresentar a relevância do estudo, coloca-se em primeiro plano o fator responsável por instigar o desenvolvimento da pesquisa: o autor participou como tutor da Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital – Telecentros.BR, tornou-

se, portanto, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de pesquisa uma vez que vivenciou e refletiu sobre a própria prática e sobre as observações tecidas.

AGUÇANDO OLHARES...

A complexidade que permeia a sociedade contemporânea com suas demandas construídas por e a partir do desenvolvimento das técnicas – capaz de engendrar um novo perfil de construção social cujo ponto de referência é a antiga forma de aglutinação humana, a exemplo das comunidades espacialmente localizadas –, é, em última instância, uma das bases para a origem da sociedade em rede (CASTELS, 1999).

Por sua vez, tal sociedade traz em seu perfil características sociotécnicas onde as TIC se apresentam com força na questão da interatividade entre os sujeitos, da construção coletiva e colaborativa de projetos e para a contribuição do desenvolvimento da *cibercultura*, esta caracterizada por Lévy (1999, p. 32) como um “[...] conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores, que se desenvolve juntamente com o crescimento do *ciberespaço*” que, assim, define-se pelo “[...] espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores [...]” (LÉVY, 1999, p. 92) e que é responsável pela transgressão da lógica da transmissão para a lógica da interatividade. O conceito de interatividade defendido neste trabalho perpassa pelas ideias de Primo (2005), cuja abordagem sistêmica-relacional é pautada pelas contribuições da complexidade e da comunicação interpessoal.

Tomando como pressuposto as ideias descritas acima agregadas às intenções do Estado via políticas públicas e, considerando a interatividade entre agentes sociais geograficamente dispersos na ação de formação de redes formadas a partir de trabalhos colaborativos, cujas estratégias adotadas extrapolam a virtualidade, com rebatimentos específicos no espaço geográfico, foi que se identificou e analisou algumas das contribuições e as possibilidades presentes no currículo do Programa Telecentros.BR através das TIC e suas implicações para o processo de formação dos agentes sociais, no que diz respeito à ação destes para a emancipação sócio-espacial de suas comunidades.

Como abordagem de pesquisa adotou-se nesse trabalho inspirações baseadas na dialética, uma vez que se acredita no posicionamento da discussão de ideias frente ao fenômeno, possibilitando a clara oposição de ideologias. No presente estudo, o método permitiu a explicação de três complexas dimensões, a saber: as ações do Estado, as relações sociais e o movimento advindo deste processo. O resultado latente das imbricações de tais dimensões é a emergência de contradições existentes no complexo processo que se inter-relacionam com as políticas públicas educacionais/ sociais adotadas e as ações comunitárias geradas por agentes oriundas diretamente da capilaridade social, que neste caso é fomentada, potencializada e estimulada pela

citada ação do Estado, através do Programa Telecentros.BR de Inclusão Digital.

As indicações promovidas acima, destacaram também a leitura do referido fenômeno pelo enfoque da Geografia, por entender que esta Ciência apresenta um escopo teórico-conceitual capaz de subsidiar um olhar mais preciso para os fenômenos técnicos e sociotécnicos presente na contemporaneidade, sem negligenciar a dimensão da reflexão sobre os processos e as relações estabelecidas no sistema lugar-mundo e, por esta ciência dialogar com operacionalidade com outros ramos do saber por conta de sua natureza epistemológica interdisciplinar.

Diante das ações do Estado, os citados agentes sociais subvertem a lógica do tecnicismo em uma mudança dialética, ao utilizar as TIC no sentido de fomentar uma ecologia cognitiva (LÉVY, 1999), cuja transformação qualitativa se reverte para o espaço de vivência que transcende ao espaço geográfico concreto espraiando-se ao *ciberespaço*, estabelecendo novas possibilidades sociais e novas relações culturais mediadas pela virtualidade – a *cibercultura*, fato que permite novas formas de conceber o processo de construção do conhecimento e da emergência de novos espaços de discussão política, a exemplo das comunidades virtuais de aprendizagem, no sentido da articulação social, que vai além de conteúdos formais de aprendizagem, pois perpassam pela discussão política de temas e conteúdos pautados pela reflexão cidadã, que permitem sustentar as mobilizações ou ações comunitárias.

Ao compreender o dever dos processos sociais, a exemplo do mencionado no parágrafo anterior, é possível vislumbrar a interpenetração dos contrários presente na questão dialética, uma vez que a mudança quantitativa em qualitativa ocorre de modo considerável em duas dimensões, se considerada as ações colaborativas em rede. Uma delas é a articulação entre grupos regionalmente localizados proporcionados pela disposição do Programa nas diversas regiões do espaço brasileiro, a saber: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, além de mais dois Polos Estaduais, um em São Paulo e outro no Ceará. Estes polos regionais foram responsáveis para além da condução do Curso de Formação para Monitores do Programa Telecentros.BR, todos estes sob a coordenação do Polo Nacional, se articularam para a criação, adequação e aperfeiçoamento dos conteúdos curriculares e da gestão da Rede de Formação do Programa Telecentro.BR, cujo resultado se reverteram para os monitores em processos formativos.

A outra dimensão é justamente os resultados destes primeiros esforços observados na formação dos agentes na modalidade EAD através da contribuição do tutor para com os monitores, cuja culminância ou produto final deste processo é o desenvolvimento e aplicação do projeto comunitário. Este projeto, em sua dimensão prática atrelou-se a um telecentro, aonde o mesmo se inter-relacionou com projetos de outros monitores presentes em comunidades diferentes tendo como referência outros telecentros para que coexistisse a articulação em rede.

Os procedimentos metodológicos propostos para este estudo apresentam-se em duas partes: a primeira consistiu numa fase exploratória de levantamento documental

relacionado ao Programa Telecentros.BR na rede mundial de computadores; a segunda consistiu na busca de dados e informações sobre o Programa junto a equipe do Polo Nordeste e nos arquivos do próprio site. Outro dispositivo metodológico adotado foi a observação participante, por conta da própria dinâmica do processo em que o próprio pesquisador se tornou parte da pesquisa pelo fato de fazer parte do fenômeno em questão, inserindo-se neste como tutor do Polo Nordeste. O questionário, outro importante dispositivo de coleta de dados, foi utilizado com questões abertas e fechadas e foi aplicado virtualmente junto à totalidade dos tutores pertencentes ao Polo Nordeste.

Os procedimentos operacionais para esta pesquisa solicitaram uma periodização, na qual versou pela análise a partir das ações do Programa Telecentro.BR nos estados do Nordeste, mas precisamente no Polo Nordeste no momento em que iniciou-se a formação das primeiras 15 turmas de monitores, tal fato pode ser datado a partir de Abril de 2011, estendendo as análises agosto do mesmo ano, portanto os 6 primeiros meses de funcionamento.

SOBRE O QUE EFETIVAMENTE EXISTE...

De acordo com as análises feitas em três importantes documentos do Programa disponíveis na *web*, a saber: Manual Operacional para o Curso de Monitores do Telecentros.BR, de Março de 2010, onde está presente a síntese da proposta de formação dos monitores; o Manual de Rede 1.0, onde é possível verificar as diretrizes pedagógicas, os objetivos comuns e as ações partilhadas e os resultados previstos para o coletivo e, por fim, a Cartilha das Orientações de Propostas Seleccionadas, que trata brevemente do curso de formação, foi possível identificar os eixos norteadores da organização curricular articulado aos princípios do Programa.

Curiosamente, a análise dos supracitados documentos permitiu identificar os princípios da educação popular freireana regendo as diretrizes do Programa Telecentros.BR, uma vez que os processos de autonomia são destacados ao lado dos anseios de autonomia social e educacional pautados em processos formativos cooperativos e em processos sociais baseados também nos princípios de cooperação e solidariedade social.

O Programa Telecentros.BR (PT.BR) traz no seu texto, indicações ao multiculturalismo ao destacar o reconhecimento da não-homogeneidade étnica e cultural da sociedade. Referenda o marco do mosaico de cultura estabelecida pelas experiências dos lugares de forma a contrapor o etnocentrismo como olhar que pode determinar práticas sócio-espaciais equivocadas, sobretudo no aspecto dos preconceitos, alinhando-se ao relativismo cultural. É fato que o Programa deixa passar a oportunidade de centrar-se nas diferenças de classe existentes no tecido social a partir de uma discussão política mais profunda e que as diretrizes do currículo também apresentam a valorização da diversidade em seu conceito mais amplo, levando

em consideração as questões inerentes ao espaço urbano e rural, étnica/racial, as questões intergeracionais, bem como das relacionadas a sexualidade e gênero.

A pedagogia de projetos quando é destacada a necessidade da elaboração de projetos comunitários, cujo objetivo principal e teleológico é à apropriação do telecentro pelas pessoas que o animam, apresenta-se no referido documento como o principal e obrigatório dispositivo a ser adotado. Outro ponto a ser evidenciado é a concepção de processos colaborativos de aprendizagem, cujo sentido perpassa pelo construtivismo social e da cognição situada, uma vez que os centros de experiência do conhecimento e a aprendizagem não se encontra separadas da ação, de forma que os processos de aprendizagens estão orientados mais para a experiência em comunidade no âmbito da coletividade, num esquema de sistemas complexos e adaptativos, que para a dimensão individual, isolada.

Por fim, a concepção pela abordagem sistêmica alinha-se à proposta do PT.BR no sentido de entender os processos sociais como um ciclo de acontecimentos interligados em rede, em um esquema conceitual aberto, onde os *inputs* e os *outputs* se inter-relacionam com objetivos claros com fins de gerar resultados para o auxílio nas resoluções de problemas espacialmente localizados e concretos. Compreende-se esta abordagem sistêmica como um caminho metodológico para entender os processos que envolvem a retroalimentação de ações de variados agentes na perspectiva de ações colaborativas em rede cuja finalidade é o desenvolvimento sócio-espacial.

O termo desenvolvimento está para além do viés econômico, assim, antes de tudo tem de ser social. Para Souza (1996) o desenvolvimento sócio-espacial deve contemplar a autonomia, justiça social e qualidade de vida, ou seja, essas seriam três variáveis que o desenvolvimento deve contemplar para não ser considerado apenas econômico e sim sócio-espacial. O desenvolvimento pressupõe mudança, todavia o desenvolvimento só terá êxito se essa mudança estiver aberta enquanto valor socialmente construído, ajustável as particularidades (mutável) da cultura de cada coletividade.

Segundo Martins (*et al*, 2011) *design* instrucional do Programa foi pensado inicialmente em uma estrutura linear, apesar de, desde as primeiras discussões, a preocupação ser em desenvolver uma matriz curricular (MARTINS, *et. al.*, 2011, p. 9) cujas informações fossem independentes. De acordo com Martins (*et al*, 2011, p.8) após construída a primeira proposta, ela se mostrou cumulativa, distribuídas em sete temas, a saber: telecentros, inclusão digital, cultura digital, comunidade, monitor, comunicação comunitária e, história e compartilhamento, assim, percebeu-se que

A matriz resultou em uma proposta de formação que facilitava a apropriação, mas que ainda trazia em seu modelo uma de trilha única a ser seguida pelo aluno (monitor de telecentros). Esta trilha era o entendimento que a rede tinha, naquele momento, de como deveria ser desenvolvida a formação (MARTINS, *et. al.*, 2011, p. 8).

Nos termos da citada trilha única, novos elementos foram aderidos a produção

curricular de maneira a transpor a linearidade de acesso aos conteúdos, o que se inspirou visualizar a segunda fase da formação de maneira rizomática, a exemplo de incluir “[...] ferramentas da *web 2.0* (redes sociais) com a formação formal” (MARTINS, *et. al.*, 2011, p. 8). Assim, após reflexões e a devida reestruturação da matriz curricular, os temas se transformaram em Zonas Temáticas. Diante de todas as implementações o percurso formativo, até a temporalidade das observações e análises deste trabalho, se mostrava por duas etapas: fase 1 (80hs) e 2 (400hs),

[...] sendo que na primeira fase o aluno se situava frente a formação, conhecendo a estrutura geral do programa e todas as referências conceituais que ele teria na fase dois, bem como se apropriando da tecnologia da informação e se integrando ao seu papel como monitor de telecentro, ou seja, agente de transformação social comunitária. Já na segunda etapa ele teria acesso aos conhecimentos específicos que iriam fundamentar a elaboração de um projeto comunitário (MARTINS, *et. al.*, 2011, p. 8).

Após a sistematização dos conteúdos das duas fases de formação pela implementação de ações de designers instrucionais de maneira a “[...] unificar a linguagem e estratégias de apresentação dos conteúdos” (MARTINS, *et. al.*, 2011, p. 8), e este mesmo autor confirma que tais modificações no desenho instrucional e curricular, causou um impacto significativo na forma de apresentação dos conteúdos e de condução das estratégias pedagógicas, cuja formação que visualmente tinha um caráter linear e mesmo com a adoção das ferramentas da *web 2.0* (redes sociais) a proposta ainda não detinha um fluxo real de aprendizagem nas redes, fato que cabia ao tutor fomentar a ativação das redes.

A observar a comparação exposta na figura 1, percebeu-se que na fase 2, os hipertextos foram organizados de maneira a contemplar a autonomia de aprendizagem do cursista, fato que permite-lhe flunar pelo *ciberespaço* de forma mais fluida e de acordo com os seus interesses, os quais perpassam, dentre outros, e principalmente pela produção do projeto comunitário – culminância para o resultado final do curso de formação.

Segundo Ferreira (2009, p. 18) hipertexto do inglês *hyperlink*, tornou-se um termo bastante conhecido na linguagem informática das redes de computadores por significar cada uma das ligações de hipertexto que estão embutidas em um documento hipermídia, possibilitando que o leitor salte de uma parte da informação para outro item relacionado, não importando onde ele esteja armazenado.

Para tanto, esse projeto foi pensando nas instâncias concretas do espaço geográfico: as comunidades espacialmente localizadas que o programa teceu o seu currículo e vinculou instrumentos (TIC) como caminho metodológico para a qualificação de jovens de entre 15 e 30 anos de idade, cuja finalidade reside em capacitá-los de acordo com os interesses do Programa. Assim, verifica-se nas diretrizes que,

[...] estão voltadas ao desenvolvimento da autonomia e de valores éticos dos agentes

de inclusão digital, por meio de processos formativos participativos, cooperativos e solidários. Buscam contemplar as diferenças entre as comunidades urbanas e rurais, o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial e sexual, o equilíbrio nas relações de gênero e intergeracionais, entre outros.

As atividades devem partir de uma perspectiva sistêmica da realidade, por meio da metodologia de resolução de problemas locais concretos, tendo em vista a apropriação do telecentro pela comunidade de seu entorno. O trabalho a partir de eixos temáticos e com enfoque em projetos comunitários oferecerá repertório, orientação prática e sistematizada para facilitar sua adequação a cada realidade local. A formação, além de orientar, busca o desenvolvimento de potencialidades que o indivíduo possui, valorizando o saber local e incentivando a formação de sujeitos autônomos.

Por fim, a promoção de processos cooperativos na Rede de Formação, como a pesquisa e a produção coletiva, incentivará a construção de uma identidade coletiva – uma rede social de agentes de inclusão digital atuante nas comunidades. A familiarização e desmistificação das tecnologias facilitará a aproximação da comunidade aos diferentes tipos de artefatos tecnológicos para que possam fazer uso de suas possibilidades em busca da autonomia, da ação colaborativa em rede e da transformação social (BRASIL, 2010, p. 14).

No que tange as ações governamentais no processo de apropriação das TIC, cita-se a política de governo federal em análise no presente estudo. O Programa Telecentros.BR tem um princípio de gestão territorial a partir de ações comunitárias na figura do gestor, monitor, em fim, a partir do telecentro. Instituição que visa propiciar a difusão de novas formas de organização comunitária através da inclusão digital.

Ao analisar a proposta pedagógica e curricular do PT.BR, é verificado alinhamento à uma concepção de currículo que foge ao paradigma tradicional, cuja amalgama perpassa pelas teoria de currículo críticas e pós-críticas, uma vez que a proposta traz elementos comuns a tais paradigmas, a exemplo das ideias de emancipação humana coletiva e individual, libertação, e de questões de alteridade e identidade. A utilização das TIC na perspectiva transformadora e da produção do conhecimento utiliza-se da não-linearidade para pautar os saberes/fazerem na condição de o sujeito aprendente desenvolver capacidades colaborativas em rede.

É possível verificar que tais capacidades colaborativas estão presentes em algumas dimensões: tanto na sistematização e organização do currículo, quanto no processo de aprendizagem dos monitores entre si e entre os outros agentes que compõe a formação. Há que se destacar que nas duas dimensões o que se considera como capacidades colaborativas em rede virtual perpassa não só pela utilização do *Moodle* enquanto ambiente de interação, mas por todas as formas de comunicação entre os nós, a exemplo das listas de discussão por *e-mails* e via redes sociais virtuais. Segundo Martins (2011), a lista de e-mail dos Polos Regionais foi um espaço de referência para a conversação entre os participantes no momento de implementação do projeto.

No que tange a dimensão organizativa citada, Martins (2011) demonstra através de gráficos de interconexão em rede (Figura - 2) como os fluxos se moldaram nos primeiros 3 meses de Projeto.

No que tange a ecologia *web* desenvolvida, Martins (2011) destaca que o processo de colaboração em rede se apoiou também na *web 2.0*, cujas redes sociais virtuais agem de maneira a complementar o processo formativo. Nestes termos, plataformas como o *Orkut*, *Facebook*, *Flickr*, *Youtube* foram bases para extrações de conteúdos, temas e como ambiente de discussão e reflexão, nos quais o cursista, mediado ou não pelo tutor, utilizaram-se das plataformas que mais apresentaram afinidades.

De acordo com Maturana (2001),

Nós, seres humanos, vivemos em conversações, e tudo o que fazemos como tais o fazemos em conversações como redes de entrelaçamento consensual de emoções e coordenações de comportamentos consensuais (MATURANA, 2001, p. 180).

FASE 1

rede nacional de formação para inclusão digital

tá chegando agora? amiente-se!

telecentros acessíveis

Assessibilidade é aquela condição que qualquer pessoa com deficiência pode ter acesso à informação, aos dados, aos produtos, serviços e informações, mas a inclusão é a condição de ser acessível por todos os parâmetros previstos em uma determinada produção.

Quando falamos de inclusão digital estamos nos referindo à promoção de acesso às tecnologias de informação e comunicação à camada da população que são menos favorecidas ou até marginalizadas. Muito raramente esse termo é aplicado para as pessoas com deficiência, embora elas representem 14,2% do equivalente a 27 milhões de pessoas da população total do Brasil – ou seja, uma proporção muito significativa!

Elas não estão nas ruas e locais públicos porque elas não têm acessibilidade: como andar de calçada de rolhas em calçadas estrebuchadas? Ou entrar em ônibus que não são adaptados? Já imaginaram uma pessoa com deficiência visual utilizando óculos, ventiladores ambulantes, bancas de jornal, postes, que se espalham pelas calçadas sem nenhuma pavimentação?

E no entanto, em decorrência da sua exclusão nos espaços sociais que se faz urgente debater a inclusão de pessoas com deficiência e, mais do que isso, estímulos e promoção, criando condições favoráveis para que ela aconteça.

Mas se temos tanta dificuldade para a inclusão digital de pessoas com deficiência. Escolha um dos caminhos abaixo para começar sua jornada!

- Inclusão digital e pessoas com deficiência
- Como tornar o telecentro acessível
- Equipamentos que promovem acessibilidade
- A prática terapêutica e a inclusão digital de deficientes

FASE 2

com o próprio computador

Telecentro e

Condição de telecentro

Múltipla acessibilidade

Como Participativa

Acessibilidade

43 | 49

Figura 1 – Design Instrucional: comparação entre as fases 1 e 2 do curso de formação de monitores.

Fonte: Martins (et. al., 2011, p. 9).

historicidade o significado de dois entes ontológicos da história humana.

Primo (1997) buscou em Baudrillard (1997) a discussão de que o espaço virtual transforma as representações que os sujeitos têm do mundo em seus aspectos políticos e sociais da realidade. Uma vez que não se está acostumado a pensar o virtual em profundidade, é pertinente observar o enquadramento do pensamento coletivo nos processos de construção de opinião por parte das grandes agências internacionais de veiculação da informação que utiliza o ciberespaço como difusora dessas informações de forma estrategicamente pensada. Empresas que se mostram monopolizadoras e massificadoras de notícias e ideias, nas quais são criadas para serem aplicadas no rebatimento espacial concreto, cuja finalidade reside em enquadrar ideologicamente as ações da sociedade.

Assim, é necessário se ter a dimensão que o espaço geográfico é lócus de representação de poder em variadas instâncias e escalas, de tomada de decisões do mundo para o mundo e inclusive para o mundo virtual. Deve-se também clarificar que as TIC possuem um alto poder de difusão de notícias e abrangência coletiva, e que esta não é o espaço decisivo onde se origina, avalia e se põe em prática decisões propriamente ditas para a virtualidade fechada em si mesma, de maneira espontânea e desprovida de intencionalidades. Deve-se entender que a produção de informação e tendências é para a realidade concreta, uma vez que esta é composta por sujeitos reais que podem ou ao ter a dimensão virtual.

Diante da observação do conjunto de diretrizes, metas e objetivos, verificou-se que o Programa apostou nas TIC como instrumento metodológico para alcançar os seus intentos e que operacionalmente, mesmo em um período curto de tempo, foi possível vislumbrar que já se começavam a ser gestados projetos de intervenções a serem aplicados nas comunidades, com temáticas variadas e com o apoio dos tutores. Saliencia-se que o processo de autonomia foi presente no contextos formativos do PT.BR entretanto, a mediação pedagógica também se faz fundante, pois o tutor se destacou como um agente ativo do processo capaz de inserir reflexões interessantes que problematizavam as temáticas abordadas pelo curso, fato que permitiu chegar a uma conclusão teórica importante, a de que estes dois conceitos não são excludentes, mas sim complementares nos processos de ensino e de aprendizagens em contexto de ambientes virtuais de aprendizagens.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, J. **Tela total**: Mito-ironias da era do virtual e da imagem. Porto Alegre: Sulina, 1997.

BENAKOUCHE, T. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. PPGSP/UFSC, **Cadernos de Pesquisa**, nº. 17, Setembro 1999.

BRASIL. **Manual operacional do Programa Telecentros.BR**, março de 2010.

BRASIL. **Documento orientador – versão 2.0 do Curso de Formação de Monitores do Programa**

Telecentros.BR, jan. 2011.

CASTELLS, M. A. **Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MASSETO, M. T. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. In: MORAN, José Manuel. *Novas Tecnologias e Mediação pedagógica*. Campinas, SP: Papyrus, 2000. – (coleção Papyrus Educação) 3ª Ed. 2001.

MATURANA, H. **Cognição, Ciência e Vida Cotidiana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

MARTINS, D. Novos modos de olhar para as redes. Rev. ARede nº74, outubro de 2011. Disponível em: <http://www.arede.inf.br/inclusao/edicoes-antiores/184-edicao-no-74-outubro2011/4808-opinioao> Acessado em 15 Nov. 2011

OKADA, A. L. P. **A mediação pedagógica e a construção de ecologias cognitivas: um novo caminho para a educação a distância**. Disponível em: <http://people.kmi.open.ac.uk/ale/chapters/c02futura2003.pdf> acessado em 20 set. 2011

PRIMO, A. F. Teixeira. A emergência das comunidades virtuais. In: Intercom 1997 - XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1997, Santos. Anais... Santos, 1997. Disponível em: <http://www.pesquisando.atraves-da.net/comunidades_virtuais.pdf>.

SOUZA, M. L. **A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial**. UFRJ: Rev. Território, 1996.

VALENTE, V. R. **Mediação pedagógica**: especialização em EAD. Salvador: UNEB / GEAD, 2010.

SOBRE O ORGANIZADOR

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC -Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia -"Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia-UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018) entre outras publicações.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-320-0



9 788572 473200